



## **HISTÓRICO LEGISLATIVO DO TABAGISMO NO BRASIL: REVISÃO DE LITERATURA**

Camila da Cunha Cinti (UEM)

Júlia Kaori Uguma Mizuta (UEM)

Idalina Diair Regla carolino (UEM)

Miyoko Massago (UEM)

Celso Ivam Conegero (UEM)

ra138258@uem.br

### **Resumo:**

Atualmente cerca de 1,3 bilhão de pessoas no mundo são fumantes e aproximadamente oito milhões de pessoas morrem por ano devido a este hábito. Apesar de existirem diversas campanhas preventivas em todo o mundo e do aumento no preço do cigarro, as leis de controle do tabagismo desempenham um papel crucial na promoção da saúde pública e na redução dos danos associados ao uso do tabaco. O presente trabalho tem como objetivo elaborar uma revisão através de leituras sistemáticas em artigos publicados em bancos de dados e sites relacionados ao histórico legislativo do tabagismo no Brasil. Por meio desta metodologia é possível demonstrar boa parte da legislação brasileira, desde a época do império até a presente data. Através de nossas análises verificamos a existência de aproximadamente 875 normas legislativas relacionadas ao tabagismo. Entretanto, atualmente apenas 479 permanecem vigentes, dentre elas 13 convertidas em lei. Estas legislações estão relacionadas desde o histórico do tabagismo, até os processos de prevenção e tratamento que estão em vigor atualmente. Conclui-se que houve uma evolução ao longo do tempo das leis relacionadas ao Tabagismo, e que hoje reflete em uma das melhores políticas de prevenção e controle do tabagismo do mundo.

**Palavras-chave:** Tabagismo; Histórico; Legislação; Saúde.



## 1. Introdução

Por volta de 1.000 a.C., o tabaco começou a ser utilizado em rituais mágico-religiosos pelas sociedades indígenas da América Central. No Brasil, o tabaco provavelmente foi introduzido através da migração de tribos tupi-guaranis e no século XVI, ele se espalhou para outras partes do mundo por meio dos navegadores europeus. Somente a partir da metade do século XX a preocupação com os riscos à saúde associados ao tabagismo começou a ganhar destaque (BRASIL, 2012).

Hoje, o tabagismo além de ser reconhecido como uma doença crônica é considerado a maior causa evitável de adoecimento e mortes precoces no mundo todo e de acordo com a Revisão da Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde (CID-11), e em razão da utilização de substância psicoativa se enquadra no grupo de "transtornos mentais, comportamentais ou do neurodesenvolvimento" (INCA, 2024).

Atualmente cerca de 1,3 bilhão de pessoas no mundo são fumantes e aproximadamente oito milhões de pessoas morrem por ano devido ao tabagismo. Apesar de existirem diversas campanhas preventivas e aumento no preço do cigarro, as leis de controle do tabagismo desempenham um papel crucial na promoção da saúde pública e na redução dos danos associados ao uso do tabaco (INCA, 2024; OPAS, 2024; SILVA, 2014).

Dessa forma, o objetivo deste trabalho consiste em elaborar uma revisão através de leituras sistemáticas em artigos publicados em bancos de dados e sites relacionados ao histórico legislativo do tabagismo.

## 2. Metodologia

Este trabalho se trata de uma revisão de literatura, elaborado com base na legislação brasileira, artigos e pesquisas, disponíveis nas bases de dados do SciELO, Ministério da Saúde, Instituto Nacional de Câncer (INCA), Organização Mundial de Saúde (OMS) e da



Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS) onde se levantou as principais legislações sobre o tabagismo a partir do período do império até a presente data.

### **3. Resultados e Discussão**

No presente trabalho, encontramos 875 normativas relacionadas ao tabagismo, no entanto, em virtude da limitação de espaço para apresentação, limitamos a descrever apenas as mais relevantes para demonstrar a evolução legislativa relacionada ao tabagismo no Brasil.

A importância comercial do Tabaco no Brasil pode ser observada na legislação da criação da bandeira do império por meio de um decreto publicado em 18 de setembro de 1822 e posteriormente no Brasão da República, por meio do decreto Federal de Número 04 de 19 de novembro de 1889, onde um ramo de tabaco e um ramo de café estão representados. Importante ressaltar que até os anos de 1980, as legislações relacionadas ao tabaco estavam limitadas aos processos de taxações fiscais e comercialização, sendo que somente a partir dos anos 1980 e 1990, que o combate contra o tabagismo no Brasil ganhou destaque com a introdução das primeiras leis voltadas para o controle do uso do tabaco. A Lei nº 7.488/1986, cria o “Dia Nacional de Combate ao Fumo” determina a realização de comemorações no dia 29 de agosto em todo o território nacional e em 1987 a Organização Mundial da Saúde, determina o dia 31 de maio como o “Dia Mundial Sem Tabaco”.

Em 1989, sob a coordenação do INCA, o Ministério da Saúde implantou o Programa Nacional de Controle do Tabagismo (PNCT), que é uma iniciativa fundamental para a promoção da saúde pública e a redução do consumo de tabaco no país através de campanhas educativas e outras ações preventivas.

Segundo Pesquisa Nacional sobre Saúde e Nutrição, realizada entre 03 de julho e 15 de setembro de 1989, 34% da população adulta brasileira eram fumantes.

De acordo com os dados do Vigitel (O Sistema de Vigilância de Fatores de Risco e Proteção para Doenças Crônicas por Inquérito Telefônico), em 2023 9,2% da população adulta brasileira é de fumantes, sendo 9,2 % de homens e 7,2% de mulheres



Em 1996, a Lei nº 9.294, restringiu o uso e à propaganda de produtos derivados do tabaco, ao proibir o fumo em locais fechados públicos e privados de uso coletivo, exceto em áreas destinadas exclusivamente para esse fim, devidamente isoladas e com arejamento conveniente. No ano de 2000, esta lei foi alterada pela Lei nº 10.167, restringindo ainda mais a propaganda de produtos de tabaco, proibindo a participação de crianças e adolescentes na publicidade de produtos derivados do tabaco e determinando que os cigarros só poderiam ser vendidos com advertências impressas nas embalagens sobre os malefícios do fumo.

E em 2003, foi alterada novamente pela Lei nº 10.702, proibindo a venda de produtos derivados do tabaco a menores de 18 anos, e em estabelecimentos de ensino, saúde, órgãos ou entidades da Administração Pública. No mesmo ano, o Brasil assinou a Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco, um tratado internacional promovido pela Organização Mundial da Saúde, que entrou em vigor em 2005. Este tratado estabeleceu diretrizes para a implementação de políticas públicas eficazes para o controle do tabagismo e foi incorporado ao ordenamento jurídico brasileiro, Decreto nº 5.658/2006, fortalecendo as medidas de controle do tabaco, incluindo a proibição total de publicidade, promoção e patrocínio de produtos de tabaco.

A legislação continuou a evoluir na década de 2010, com a introdução de medidas ainda mais rigorosas, como a conhecida “Lei Antifumo” (Lei nº 12.546/2011) que proibiu o fumo em locais fechados de uso coletivo em todo o território nacional, incluindo áreas destinadas a fumantes, e proibiu a propaganda de cigarros em qualquer tipo de mídia, inclusive em pontos de venda, permitindo apenas a exposição dos produtos.

A Portaria Conjunta nº 10/2020, aprovou o Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas (PCDT) do Tabagismo, essencial para a padronização do tratamento e da abordagem clínica do tabagismo no Brasil, garantindo que profissionais de saúde de todo o país utilizem as melhores práticas baseadas em evidências científicas. Houve atualização das diretrizes, pela Portaria nº 908/2022, para a organização dos serviços e cuidado à pessoa tabagista no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).



#### 4. Considerações

Ao analisar os dados encontrados no presente levantamento, verificamos que houve uma evolução gradual ao longo do tempo das leis relacionadas ao Tabagismo, e que hoje isso se reflete em uma das melhores políticas de prevenção e controle do tabagismo do mundo. Nota-se que a coerção das normas de controle ao tabagismo mostrou-se um efetivo método de controle e combate ao tabagismo criando normas para cultivo, comércio, restrição de uso em certos locais e aumento da alíquota de impostos contudo os dados divulgados pela Ministério da Saúde expõem com clareza essa redução, que impacta significativamente de maneira positiva a saúde da população brasileira, o que resultou numa redução de usuários de tabaco de 34% da população brasileira no ano de 1989 para 9,2% atualmente.

#### Referências

INSTITUTO NACIONAL DE CÂNCER (INCA). **Tabagismo**. Disponível em: <<https://www.gov.br/inca/pt-br/assuntos/causas-e-prevencao-do-cancer/tabagismo>>. Acesso em: 25 de julho de 2024.

SILVA, Sandra Tavares da et al. **Combate ao Tabagismo no Brasil: a importância estratégica das ações governamentais**. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 19, p. 539-552, 2014.

MINISTÉRIO DA SAÚDE (BRASIL). **O controle do tabaco no Brasil: uma trajetória**. 2012. Disponível em: <<https://www.gov.br/inca/pt-br/assuntos/causas-e-prevencao-do-cancer/tabagismo>>. Acesso em: 25 de julho de 2024.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE (OPAS). **Dia Mundial Sem Tabaco 2024**. Disponível em: <<https://www.paho.org/pt/campanhas/dia-mundial-sem-tabaco-2024>>. Acesso em: 25 de julho de 2024.